



Comunicação oral: Eixo 8 - Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica/Comunicação Oral

## **REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA: QUEM SOMOS E A QUEM ATENDEMOS?**

Rita Rodrigues de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo aborda aspectos identitários da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica. Objetiva discutir como essa rede se constitui e a quem atende. A metodologia utilizada compreende discussão teórica e dados quantitativos obtidos na Plataforma Nilo Peçanha. Fundamentou a pesquisa Pacheco e Rezende (2009), Silva (2009), Moreira (2022) e Frigotto (2012) e outros. Os dados evidenciam a necessidade da Rede de uma representatividade equânime de homens e mulheres no quadro de servidores/as, o avanço no atendimento de pessoas negras, ampliação de vagas no ensino superior e Educação de Jovens e Adultos para o atendimento do percentual previsto em lei. Considera-se que a identidade institucional vem se consolidando desde a criação e processos de expansão, ora em movimento, ora paralisado em decorrência do governo em turno.

**Palavras-chave:** Identidade Institucional. Aspectos étnico-raciais. Gênero. Faixa etária.

### **Introdução**

Neste estudo, aborda-se a Rede Federal de Educação Tecnológica buscando ilustrar quem somos e a quem atendemos. Em relação a quem somos, visa-se trazer dados e discussões que ilustrem a dimensão e a missão da Rede e, assim, apresentar elementos que constituem a identidade das instituições que a compõe. E sobre a quem atendemos, objetiva-se mostrar e debater sobre os segmentos atendidos por essas instituições.

A identidade institucional, aspectos étnico-raciais, o gênero e a faixa etária são elementos que podem auxiliar na compreensão da dimensão social que a Rede tem no contexto educacional brasileiro. Esses elementos constituem algumas das facetas da Rede que encontra-se registrada na Plataforma Nilo Peçanha.

Da criação à implantação da Rede, muitas mudanças no cenário da sociedade brasileira têm ocorrido e impactado nessa política pública educacional. Os dados coletados na Plataforma Nilo Peçanha mostram-se úteis para a compreensão do potencial de transformação social da Rede.

<sup>1</sup>Doutora em Estudos Linguísticos pela Unesp São José do Rio Preto. Professora no Instituto Federal de Goiás. Lattes iD <http://lattes.cnpq.br/6195077121851216>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0596-6985>.



## **(Ident)idade da Rede Federal de Educação Tecnológica: quem somos?**

A Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil, criada a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, consiste em um sistema de instituições de ensino voltadas à formação técnica e tecnológica em diversas áreas do conhecimento. Ela é composta por instituições denominadas Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Colégios de Aplicação (CAPs). Essas instituições estão vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), oferecem cursos técnicos, de graduação, de pós-graduação, extensão e cursos de formação inicial e continuada (FIC), com a finalidade de atender as demandas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas a inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. (Pacheco; Rezende, 2009, p. 08)

Os cursos oferecidos pela Rede Federal abrangem diversas áreas do conhecimento, incluindo tecnologia da informação, engenharias, saúde, gestão, meio ambiente, entre outras. Além disso, muitos desses cursos são integrados ao ensino médio, permitindo que os/as estudantes tenham uma formação propedêutica quanto uma formação técnica de uma área profissional. É importante ressaltar que a concepção de ensino, que perpassa o processo formativo, configura-se fundamentada na omnilateralidade.

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos (Frigotto, 2012, p. 267).

A omnilateralidade na educação pode se referir à promoção do desenvolvimento integral dos alunos, abordando não apenas seus aspectos cognitivos, mas também emocionais, sociais, físicos e criativos. Isso implica em reconhecer a importância de todas as áreas do desenvolvimento humano e oferecer oportunidades para o crescimento equilibrado em cada uma delas.

Um currículo omnilateral é aquele que aborda uma ampla gama de disciplinas e habilidades, garantindo que os alunos tenham exposição a diferentes áreas do conhecimento e tenham



a oportunidade de desenvolver uma compreensão abrangente do mundo ao seu redor. Uma abordagem omnilateral na educação também envolve reconhecer e valorizar a diversidade dos alunos, incluindo suas diferentes origens culturais, experiências de vida, habilidades e interesses. Isso implica em criar um ambiente inclusivo que respeite e celebre as diferenças individuais.

Uma característica importante da Rede Federal é o seu compromisso com a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica. Instituições da Rede Federal desenvolvem projetos de pesquisa em parceria com empresas e órgãos públicos, em busca de soluções para problemas locais e regionais, além de contribuir para o avanço do conhecimento em diversas áreas.

A Lei nº 11.892/2008 estabelece as diretrizes gerais para a organização e funcionamento da educação profissional e tecnológica (EPT), incluindo aspectos relacionados à gestão, autonomia, financiamento, oferta de cursos e programas educacionais, entre outros. Essa legislação representa um marco importante na história da EPT no Brasil, consolidando a criação dos Institutos Federais como uma política pública prioritária para o país em que

entende a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana. É nesse sentido que deve ser pensada segundo as exigências do mundo atual, concorrendo para alterar positivamente a realidade brasileira. Os institutos federais devem possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando-os com àqueles presentes nos currículos formais. (Pacheco; Rezende, 2009, p. 10)

No âmbito da inclusão social, a Rede Federal também desenvolve ações afirmativas para promover o acesso e a permanência de estudantes de grupos historicamente excluídos, como pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e estudantes de baixa renda. Em síntese, a Rede Federal de Educação Tecnológica desempenha um papel fundamental na formação de profissionais qualificados, na geração de conhecimento científico e tecnológico e no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. De acordo com a Lei nº 11.892/2008 a rede de EPT, no Brasil,

congrega um conjunto de instituições com objetivos similares, que devem interagir de forma colaborativa, construindo a trama de suas ações tendo como fios as demandas de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social. Federal por estar presente em todo o território nacional, além de ser mantida e controlada por órgãos da esfera federal. De educação por sua centralidade nos processos formativos. A palavra educação está adjetivada por profissional, científica e tecnológica pela assunção de seu foco em uma profissionalização que se dá ao mesmo tempo pelas dimensões da ciência e da tecnologia, pela indissociabilidade da prática com a teoria. O conjunto de finalidades e características que a lei atribui aos Institutos orienta a interatividade e o relacionamento intra e extra-rede. (Silva, 2009, p. 16)

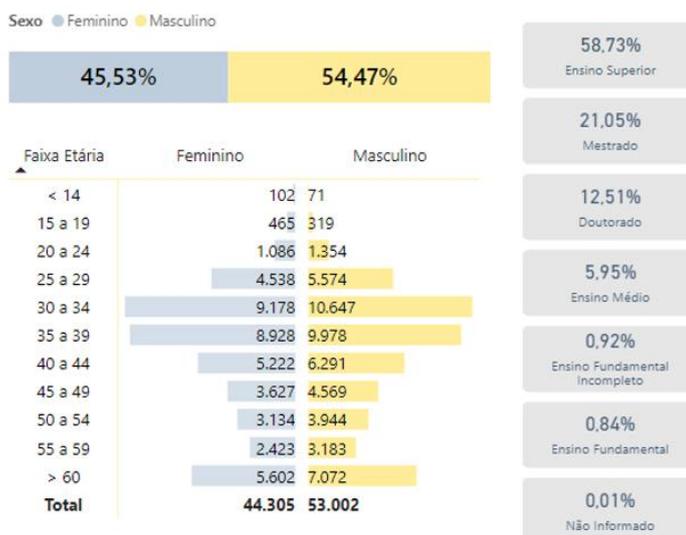


A expansão da rede federal, alcançou 366 unidades em 2010, “colocou em evidência a necessidade de se discutir a forma de organização dessas instituições, bem como de explicitar seu papel no desenvolvimento social do país.” (Pacheco; Rezende, 2009, p. 08). Nos Governos Lula e Dilma, houve a maior expansão da história da Rede Federal, foram criados 422 campi entre os anos de 2005 e 2016, sendo 214 entre 2005 e 2010, além de 208 entre 2011 e 2016. Nesse período, também foram entregues ou incorporadas à Rede outras 92 unidades. Atualmente, são 682 unidades e mais de 1,5 milhão de matrículas. O governo federal anuncia em 12 de março de 2024, a criação de 100 novos campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

O programa de expansão dos IFs marca a retomada de investimentos na criação de novas unidades de Institutos Federais no Brasil, quase 10 anos após a última expansão estruturada da Rede Federal. Também celebra uma das políticas educacionais mais bem-sucedidas no âmbito da educação profissional, que permitiu que a educação pública de qualidade chegasse às localidades mais distantes dos grandes centros e da capital dos estados, tornando-se uma das redes mais capilarizadas na oferta de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. (Brasil, 2024a, *online*)

A Rede Federal de Educação, segundo dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), coletados pela extração via Siape, conta com 97.307 servidores. Esse quantitativo tem maior representatividade masculina (54, 47%), uma maior concentração da força de trabalho com pessoas da faixa etária de 30 a 39 anos com predomínio do gênero masculino. Segue uma síntese de informações na Figura 1:

**Figura 1:** Informações sobre servidores da Rede Federal de Educação



**Fonte:** Plataforma Nilo Peçanha via Siape

A Rede Federal de EPT configura uma Política Educacional que vem se consolidando na sociedade brasileira. Os números apresentados de unidades e servidores/as que compõem a rede são expressivos. No que se refere às/aos servidoras/es, docentes e técnicos, esses números tendem a ser revistos dadas as particularidades da rede de modo a constituir uma identidade institucional. Para tanto, essa identidade

requer uma gestão superior unificada decorrente de uma ação educativa verticalizada, da vinculação da pesquisa e das atividades de extensão a todos os níveis de ensino – e não somente a pós-graduação como tem sido tradicionalmente aceito até o momento. Outra questão a ser considerada é o fato de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão implica o nivelamento hierárquico dessas dimensões. A gestão de cada instituto e da rede que formam assume um caráter sistêmico que exige o reconhecimento da autonomia de cada unidade, bem como a necessidade de trabalho permanente em prol do equilíbrio estrutural entre os campi de um mesmo instituto e entre os institutos. (Pacheco; Rezende, 2009, p. 11)

A construção da identidade institucional da Rede Federal transcende a definição de logo, cores, padronização de estrutura organizacional. O tripé ensino, pesquisa e extensão precisa ser efetivo em todos os níveis de ensino. O trabalho pedagógico deve revelar essa efetividade, bem como a integração desses eixos. Nesse sentido, Pacheco e Rezende (2009, p. 11), advogam a necessidade de um novo modelo gestão que se fundamente “no respeito, no diálogo e na construção de consensos possíveis tendo sempre como horizonte o bem da comunidade e não o enclausuramento das instituições.”

### **Caracterização da população brasileira**

A composição étnica do Brasil é resultado de uma história complexa de colonização, escravidão, migração e miscigenação. Durante o período colonial e imperial, milhões de africanos foram trazidos para o Brasil como escravizados, contribuindo significativamente para a formação da população brasileira. Após a abolição da escravatura em 1888, muitos descendentes de africanos continuaram a enfrentar discriminação e marginalização na sociedade brasileira. A população negra no Brasil é um segmento significativo da sociedade, compreendendo pessoas que se autoidentificam como pretas ou pardas, conforme categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seus levantamentos populacionais.

A população negra no Brasil é diversa em termos de cultura, religião, local de residência, nível socioeconômico e identidades étnicas. No entanto, muitos estudos apontam para desigualdades persistentes enfrentadas por essa população em áreas como acesso à educação, saúde, emprego, habitação e segurança.

A população brasileira apresenta uma diversidade significativa em relação à idade e à condição socioeconômica. No Quadro 1, a seguir, estão algumas características gerais:



**Quadro 1** – Características da população brasileira

Aspectos	Características
Estrutura Etária	O Brasil é um país com uma população relativamente jovem, embora esteja passando por um processo de envelhecimento devido à diminuição da taxa de fecundidade e ao aumento da expectativa de vida. Isso significa que a população idosa está crescendo em proporção em relação à população jovem.
Desigualdade Socioeconômica	O Brasil é conhecido por suas disparidades socioeconômicas significativas. Existem grandes diferenças de renda, acesso a serviços básicos, educação e oportunidades entre diferentes grupos sociais. A pobreza e a desigualdade estão concentradas em áreas urbanas e rurais, afetando particularmente as populações mais vulneráveis, como negros, indígenas e moradores de favelas.
Urbanização	A maior parte da população brasileira vive em áreas urbanas, com concentração especialmente nas grandes cidades e regiões metropolitanas. A urbanização trouxe mudanças na estrutura familiar, nas relações sociais e nas condições de vida, com impacto na dinâmica socioeconômica do país.
Trabalho Informal	Uma parcela significativa da população brasileira trabalha no setor informal, sem acesso a benefícios trabalhistas, como carteira assinada, seguro saúde e aposentadoria. Isso reflete as limitações do mercado de trabalho formal e as dificuldades enfrentadas por muitos em encontrar empregos estáveis e bem remunerados.
Desafios Educacionais	Embora tenha havido avanços significativos no acesso à educação nas últimas décadas, o Brasil ainda enfrenta desafios em garantir uma educação de qualidade para todos. Disparidades socioeconômicas se refletem na distribuição desigual de recursos educacionais, oportunidades de aprendizado e desempenho acadêmico.
Desigualdades Regionais	As diferenças socioeconômicas entre as regiões do Brasil também são marcantes. O país apresenta desigualdades regionais significativas em termos de renda, desenvolvimento humano, acesso a serviços básicos e infraestrutura.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Essas características da população brasileira destacam a complexidade das questões socioeconômicas enfrentadas pelo país e a necessidade de políticas públicas eficazes para abordar as desigualdades e promover o desenvolvimento inclusivo. Dessa classificação, neste estudo, destacam-se a estrutura etária, trabalho informal e desafios educacionais.

## Metodologia

A pesquisa realizada se caracteriza quanto à abordagem como qualitativa e quantitativa. Apresenta uma análise interpretativa de dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha e, também, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto à natureza, consiste em uma pesquisa aplicada. Quanto aos objetivos, é uma pesquisa descritiva e explicativa. Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Ressalta-se que

A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). A PNP está disponível no endereço [plataformanilopecanha.mec.gov.br](http://plataformanilopecanha.mec.gov.br). (Brasil, 2024b, *online*)



A partir de uma análise crítica dos dados secundários, busca-se responder a pergunta de pesquisa que se apresenta no título deste artigo: Rede Federal de Educação Tecnológica: quem somos e a quem atendemos? Sendo que a primeira parte da pergunta foi tratada na seção (Ident)idade da Rede Federal de Educação Tecnológica: quem somos? E a segunda parte da pergunta é respondida na seção Resultados: a quem atendemos?

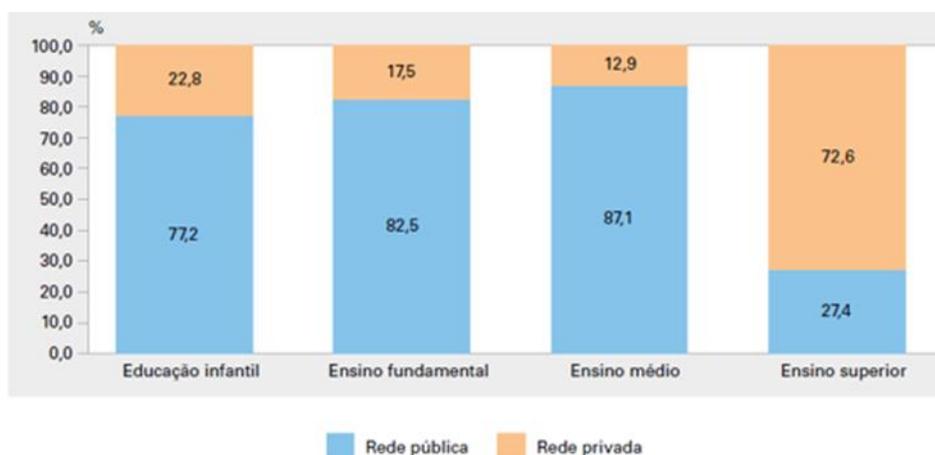
A validação e a triangulação dos dados secundários ocorreram por meio da relação de fontes diferentes de dados e a discussão teórica.

### Resultados: a quem atendemos?

A PNP reúne dados sobre os/as discentes atendidos/as pela Rede Federal de EPT. Para os cursos técnicos de nível médio, a Rede precisa assegurar, como metas, 50% das vagas; para a formação de professores, 20% e para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), 10% conforme a Lei nº 11.892/2008. Dessas metas, de acordo com dados da PNP (2024) a porcentagem de oferta de vagas para os cursos técnicos sobrepõem 3,1%, ou seja, cumpre a lei. Já a formação de professores, a meta alcançou 14,9% e 2,07% do previsto para a EJA, ficando abaixo do determinado.

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua 2022, retratada na Figura 2, apresenta a distribuição percentual de estudantes, por tipo de rede de ensino, segundo o nível de ensino no Brasil em 2022.

**Figura 2:** Percentual de estudantes por rede e nível de ensino.



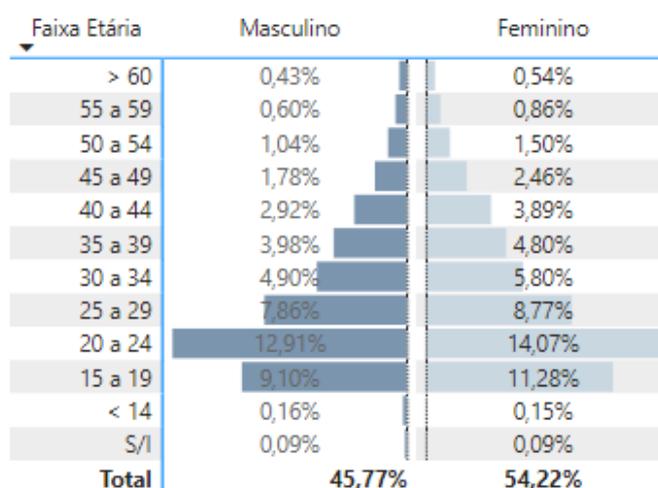
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Dados referentes ao 2º trimestre.

Os dados apresentados pelo IBGE (2022) mostram a atuação das redes públicas e privadas. Sendo essa que predomina no ensino superior. Inter-relacionando as metas previstas legalmente na lei de criação da Rede EPT e o alcance até o momento, há público do ensino superior a ser atendido.

São 1.513.075 matrículas na Rede Federal EPT que compreendem a seguinte composição, de acordo com a Figura 3:

**Figura 3:** Faixa etária e gênero dos/as matriculados/as



**Fonte:** Plataforma Nilo Peçanha via Siape

Observa-se pela Figura 3 que a faixa etária mais atendida tanto do gênero masculino como feminino corresponde à faixa de 20 a 24 anos. Destaca-se que há o atendimento de pessoas desde os 15 aos maiores de 60 anos. Em relação ao gênero, os dados apontam para o maior atendimento do gênero feminino. Ressalta-se, entretanto, que não foram localizadas informações sobre pessoas LGBTQIAPN+. Essa sigla é a

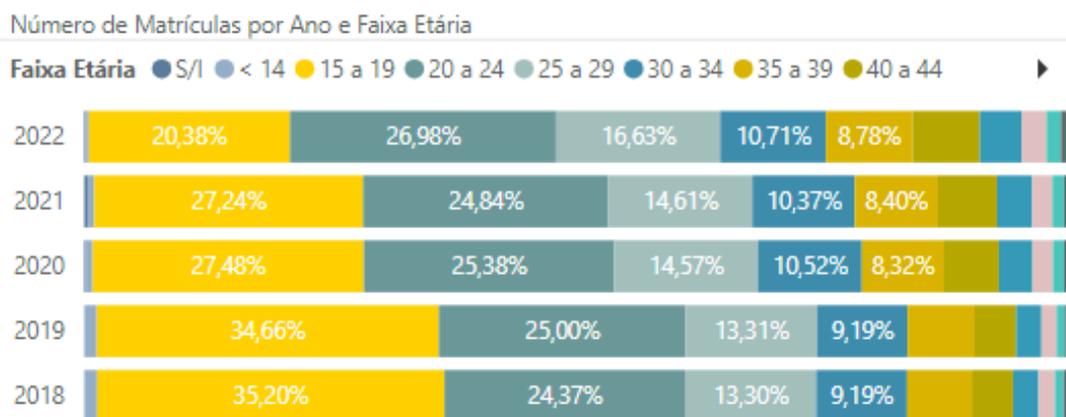
marca um posicionamento de luta, resistência e orgulho, abrangendo lésbicas (L: mulheres que se relacionam com mulheres), gays (G: homens que se relacionam com homens), bissexuais (B: pessoas que se relacionam com homens e mulheres), transexuais e travestis (T: quem passou por transição de gênero), queer (Q: pessoas que transitam entre os gêneros, como as drag queens), intersexo (I: pessoa com qualidades e características masculinas e femininas), assexuais (A: quem não sente atração sexual por quaisquer pessoas), pansexuais (P: quem se relaciona com quaisquer gêneros ou orientações/condições sexuais), não binário (N: quem não se percebe como pertencente a um gênero exclusivamente, cuja identidade e expressão não se limitam ao masculino e feminino, estando fora do binário de gênero e da cisnormatividade) e o símbolo aditivo “+ (mais)” (+: outros grupos e variações

de sexualidade e gênero) 2 , ainda há muito a ser investigado e compreendido do ponto de vista da diversidade cultural a que estamos inseridos, seja no meio social, seja no ambiente escolar/universitário. (Moreira, 2022, p. 05)

A explicação apresentada acima evidencia que “cada monograma representa muito mais que uma orientação sexual ou identidade de gênero: representa vidas silenciadas pelo preconceito e homofobia” (Moreira, 2022, p. 01).

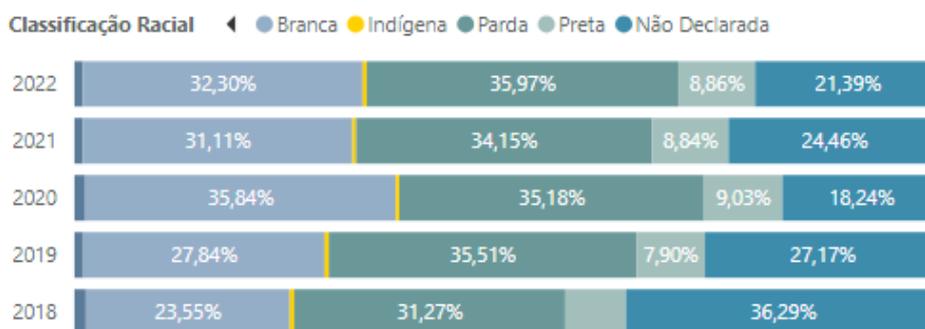
A Figura 4 traz informações que relacionam o número de matrícula por ano com a faixa etária. É notório que de 20 a 24 anos, de 2018 a 2022 se manteve estável e com aumento no último ano. O mesmo ocorre nas outras faixas etárias, exceto na de 15 a 19 anos, que compreende matrícula nos cursos técnicos. Também, não há dados referentes à faixa de 40 a 44 anos para 2019 e 2018, como se pode verificar na Figura 4:

**Figura 4:** Número de Matrículas por ano e faixa etária



**Fonte:** Plataforma Nilo Peçanha via Siape

A PNP traz o número de matrícula por ano em conexão com a classificação racial. A Figura 5 apresenta o estrato dessa conexão. A Rede EPT constitui-se de pessoas brancas e pardas. As pretas e indígenas são minoria.

**Figura 5:** Número de matrícula por ano e classificação racial

**Fonte:** Plataforma Nilo Peçanha via Siape

Esses dados apontam para a necessidade de ações afirmativas para possibilitar o acesso de mais pessoas negras na Rede EPT. Também, os dados evidenciam a necessidade da Rede de uma representatividade equânime de homens e mulheres no quadro de servidores/as, o avanço no atendimento de pessoas negras, ampliação de vagas no ensino superior e Educação de Jovens e Adultos para o atendimento do percentual previsto em lei. Considera-se que a identidade institucional vem se consolidando desde a criação e processos de expansão, ora em movimento, ora paralisado.

### Considerações finais

A Rede Federal de Educação no Brasil é uma das mais importantes estruturas educacionais do país. Essa importância advém da EPT que as instituições federais de ensino técnico e tecnológico oferecem cursos de alta qualidade, em diálogo com as demandas do mercado de trabalho, com uma formação para o mundo do trabalho, com foco na formação de profissionais capacitados e aptos a atuar em diversas áreas da indústria, comércio e serviços.

O acesso gratuito à educação, por meio da EPT, permite a possibilidade de estudantes de baixa renda e negros a uma formação de alta qualidade. O reconhecimento da importância da população negra na sociedade brasileira tem crescido ao longo dos anos, impulsionando movimentos sociais e políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo. A implementação de ações afirmativas, como cotas raciais em universidades e concursos públicos, é um exemplo de medida adotada para enfrentar as desigualdades históricas e estruturais enfrentadas pela população negra.

Assim, considera-se importante que a Rede sempre mantenha os dados atualizados na PNP e amplie as características a serem mapeadas, registradas a fim de serem usadas para a proposição de políticas institucionais que aprimorem o atendimento das pessoas

que mais precisam dessa Rede, ou seja, os que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. *Governo federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais*. Publicada em 12/03/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais> . Acesso em 15 de abr. de 2024a.
- BRASIL. PNP - *DADOS ABERTOS* – MEC. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/npn> . Acesso em 20 de abr. de 2024b.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- MOREIRA, Geraldo Eustáquio. Por trás do Monograma do Movimento LGBTQIAPN+: Vidas, Representatividade e Esclarecimentos. Dossiê LGBTQIA+ na Educação. *Revista Temporis(ação)*, v 22, n 2, jul. / dez. 2022.
- PACHECO, Eliezer; REZENDE, Caetano. Institutos Federais: um futuro por armar. In: SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). *Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões*. Natal: IFRN, 2009, p. 07-11.
- PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OTlhYWY1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYy1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDZmZiJ9> . Acesso em 20 de abr. de 2024.
- SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). *Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões*. Natal: IFRN, 2009.